

Prefeitura do Município de Cantagalo

CNPJ 78.279.981/0001-45 Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

> Construindo uma nova história! Adm. 2017/2020

Lei nº 1112/2020

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL A CONCEDER REPOSIÇÃO

GERAL AOS VENCIMENTOS DOS

SERVIDORES DO EXECUTIVO MUNICIPAL,

E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara de Vereadores de Cantagalo-PR aprovou em Sessão Ordinária n° 20/2020 no dia 19 de outubro de 2020 e o PREFEITO DO MUNICIPIO DE CANTAGALO, Estado do Paraná, Jair Rocha da Silva no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei sanciona a seguinte **LEI**.

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição de

3,75% (três inteiros e setenta e cinco pontos percentuais) nos vencimentos dos

Servidores do Poder Executivo Municipal, do quadro de provimento efetivo, inativos,

pensionistas, magistério e cargo em comissão, consoante ao inciso X do artigo 37 da

Constituição Federal.

Art. 2º - O presente reajuste tem caráter de reposição de perda inflacionária

acumulado no exercício de 2018, conforme índice de inflação do IPCA (Índice de Preços

ao Consumidor Amplo)

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições

em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo em 20 de outubro de 2020.

Jair Rocha da Silva Prefeito Municipal





Art. 3º - Este Decreto vigora na data de sua publicação,









do Município de Cantagalo

■ Publicação oficial

LEI Nº. 1110/2020

SÚMULA: DISPÕE SOBRE REAJUSTE DO AUXILIO MORADIA AOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS

20/2020 em 19 de outubro de 2020 e o Prefeito Municipal Jair Rocha da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas Sanciona e Promulga a seguinte Lei:

Art. 19 - Considerando a Portaria nº 30 de 12 de Fevereiro de 2014 que dispõe sobre o cumprimento das obrigações de oferta de moradia, alimentação e agua potável aos participantes do projeto Mais Médicos para o Brasil, e nos termos da Portaria interministerial nº 1.369/MS/MEC de 8 de Julho de 2013, em conjunto com as Portarias nº 30 de 12 de Fevereiro de 2014 em seu paragrafo 3º, e a Portaria nº 300 de 5 de Outubro de 2017, fica concedido o auxillo moradia aos médicos que efetivamente missos assumidos ao município de Cantagalo-PR, no importe de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais) mensal que sera

em pagos com despesas de agua, luz, telefone, internet e TV a cabo



Prefeitura do Município de Cantagalo

tação no valor de R\$ 770,00 (setecentos e setenta) reais consoante previsão do Art. 10 da Portaria nº 300 de 5 de Outubro de 2017.

Art. 4º O repasse dos valores referente ao auxilio moradia e ao custeio de despesas se dará mensalmente ate o 5º dia útil do mês de utilização do imóvel locado, apos o aceite da Secretaria de Saúde e do respectivo contrato de locação, de acordo com o estabelecido para a execução do Projeto Mais Médicos do Brasil.

Art. 6º Revoga-se a Lei n° 922 de 2014 naquilo em que dispuser em contrario

Gabinete do Prefeito Municipal de Cantagalo, 20 de outubro de 2020





tura do Município de Cantagalo



Prefeitura do Município de Cantagalo

Lei nº 1112/2020

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REPOSIÇÃO GERAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO EXECUTIVO MUNICIPAL,

A Câmara de Vereadores de Cantagalo-PR aprovou em Sessão Ordinária n' 20/2020 no dia 19 de outubro de 2020 e o PREFEITO DO MUNICIPIO DE CANTAGALO,

Servidores do Poder Executivo Municipal, do quadro de provimento efetivo, inativo nagistério e cargo em comissão, co

Art. 2º - O presente reajuste tem caráter de reposição de perda inflacionária umulado no exercício de 2018, conforme índice de inflação do IPCA (Índice de Preços

Segue para sanção projeto que amplia o acesso de produtores rurais às linhas de créditos

PROPOSTA DO EXECUTIVO FOI APROVADA EM 3º TURNO E EM REDAÇÃO FINAL EM DUAS SESSÕES PLENÁRIAS REMOTAS

proposta do Governo do Estado que amplia a possibilidade de produtores rurais de todo o estado terem acesso às linhas de créditos para o aumento da produtividade e geração de emprego foi aprovada em terceiro turno e em redação final em duas sessões plenárias remotas, sendo uma ordinária e outra extraordinária, realizadas nesta segunda-feira (19), na Assembleia Legislativa do Paraná. Agora, o projeto de 586/2020 segue para sanção, ou veto, do Governador Carlos Massa Ratinho Junior. O projeto altera dispositivos da lei no 20.165, de 2 de abril de 2020, que autoriza a concessão de subsídios com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE para a Agência de Fomento do Paraná S.A. - Fomento Paraná e para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito realizadas no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos. A equalização de juros é um subsídio governamental dado aos produtores brasileiros. Por meio da equalização, o governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no

mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor.

Mudanças

De acordo com as mudanças previstas no texto, fica ampliada a lista de entes autorizados a conceder subsídios por meio do FDE, Fomento Paraná e BRDE, possibilitando a formalização de convênios por meio de órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sob a modalidade de equalização de taxas de juros para os créditos oferecidos por meio do Programa Paraná Mais Empregos. Os agentes do SNCR são entidades públicas e estabelecimentos particulares que atuam para estabelecer e praticar condições de crédito para fortalecer toda a cadeia de produção rural. O Governo explica que, como mecanismo de auxílio aos empreendedores, para que tenham acesso a linhas de crédito com encargos atrativos, a fim de retomar o crescimento econômico, a proposição visa ampliar as condições de equalização de juros nos financiamentos ofertados pelas instituições autorizadas, com a possibilidade de haver taxas de juros equalizadas até zero.



DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, torna público que requereu junto ao Instituto Água e Terra do Paraná, a Licença Ambiental Simplificada referente à exploração de cascalheira em área situada à margem esquerda da Rodovia PR-565, a distância aproximada de 6,5 quilômetros do Km 36, para a execução dos serviços de terraplanagem, revestimento primário em material de 2° categoria (cascalho) e drenagem, na rodovia PR-565 de Porto Barreiro a Rio Iguaçu (Balsa), com extensão total de 17,090 km.



EDITAL

